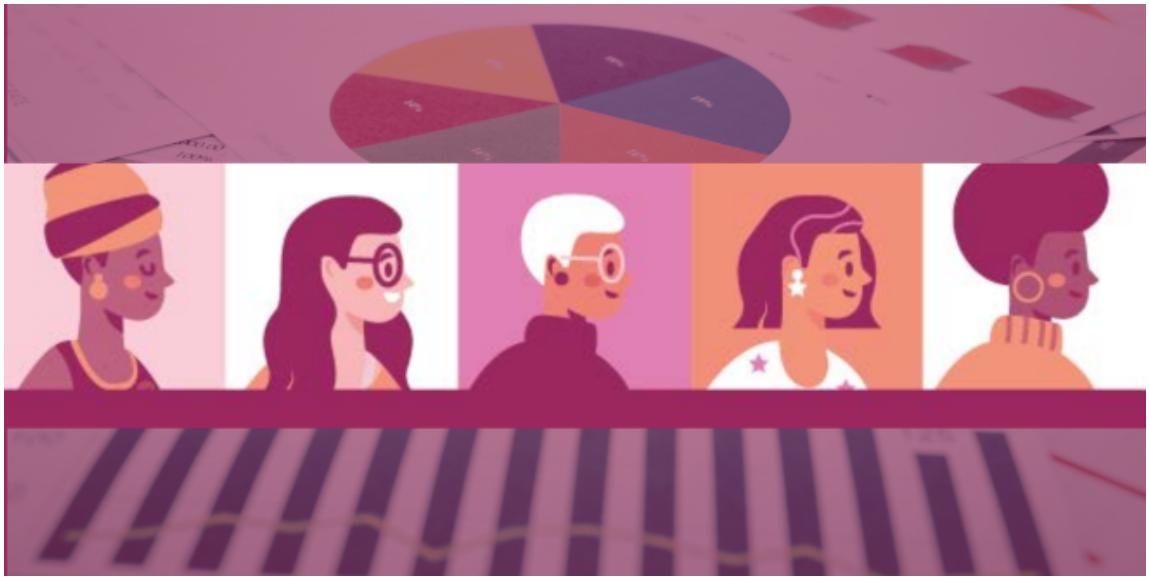
# Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado  3ª Edição

Fundação Perseu Abramo

20/01/2026

---

A Fundação Perseu Abramo e o Sesc São Paulo realizam o lançamento da 3ª edição da pesquisa **Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado.** De abrangência nacional, a pesquisa busca acompanhar recuos e avanços sociais em relação ao enfrentamento às desigualdades de gênero, ao longo de três décadas, investigando as realidades e percepções sobre questões como violência, saúde, trabalho, cuidados, assim como a compreensão de novas demandas relacionadas às mulheres na sociedade.



Trata-se da terceira pesquisa realizada a respeito do tema, tendo sido a primeira investigação feita em 2001, com a realização de 2.500 entrevistas domiciliares nas cinco macrorregiões do Brasil. A seguinte, em 2010, ouviu 2.365 mulheres e 1.181 homens de áreas rurais e urbanas em todas as regiões do país. A terceira edição da pesquisa, contou com duas etapas: uma fase qualitativa, com entrevistas feitas virtualmente durante a pandemia da Covid-19 em 2021, com 65 mulheres cis e transgênero. E a fase quantitativa realizada em 2023 entrevistou 1.221 homens e 2.440 mulheres.

A pesquisa **Mulheres Brasileiras nos espaços público e privado 3ª edição completa** pode ser baixada clicando AQUI.

E abaixo acesse a pesquisa por capítulos:

Capítulo 1 – A imagem das mulheres

Capítulo 2 – Corpo, sexualidade e saúde das mulheres

Capítulo 3 – Violência contra as mulheres

Capítulo 4 – Proteção social e políticas de cuidados

Capítulo 5 -Trabalho remunerado e não remunerado

Capítulo 6 – Cultura política e participação

Questões urbanas e perfil sociodemográfico

Os dados gerais da pesquisa indicam um acentuamento das desigualdades e do empobrecimento das mulheres na última década. Ainda que tenham avançado em nível de escolaridade, os salários e postos de trabalho não acompanharam o crescimento. O aumento da escolaridade não alcançou toda sociedade, uma vez que houve aumento das pessoas que não sabem ler e nem escrever, em relação à edição anterior (2010). Esse empobrecimento na condição das mulheres atinge sobretudo mulheres negras (59% têm renda familiar de até 2SM) e as mulheres que vivem no Nordeste (64%). Houve um aumento de 50% de mulheres assistidas por benefícios e programas sociais no período de 2010 a 2023, a maioria são mulheres negras, um dado que informa sobre o perfil das mulheres que enfrentam situações de pobreza e vulnerabilidade no Brasil. A pesquisa se debruçou sobre seis temas:  Imagem das Mulheres, Machismo e Feminismo; Corpo, Sexualidade e Saúde das Mulheres; Violência contra as Mulheres; Proteção Social e Política de Cuidados; Trabalho Remunerado e Não Remunerado e Cultura e Participação Política.

Seguem abaixo alguns dos principais destaques:

**Imagem das Mulheres, Machismo e Feminismo**

Houve um aumento na percepção de que a vida de mulheres piorou em relação ao passado: 1 a cada 4 mulheres consideram que há mais coisas negativas em ser mulher, do que positivas. A maternidade, que nas últimas edições era tomada como uma das melhores coisas em ser mulher, caiu em termos de importância. Entre as piores coisas em ser mulher, foram citadas as desigualdades no mercado de trabalho e a violência.

A pesquisa captou crescimento e aprimoramento do que as pessoas entendem por feminismo, enquanto uma luta por direitos, mas houve uma queda entre as mulheres que se declaram feministas em relação à edição anterior. Já o machismo é amplamente percebido tanto pelas mulheres quanto pelos homens; no entanto, ainda que reconheçam que exista, só 1 a cada 10 homens se considera machista.

Tanto para as mulheres, quanto para os homens entrevistados, os fatores de raça, condição econômica, território e idade têm peso na discriminação vivenciada. No caso das mulheres, há o acréscimo da desigualdade sofrida por ser mãe.

**Corpo, Sexualidade e Saúde das Mulheres**

A pesquisa levantou que 3 a cada 4 mulheres têm filhas/os e a primeira gravidez tende a ser cedo: cerca de 4 em cada 10 mulheres têm a primeira gravidez antes de completarem a maioridade. Cerca de um quarto das mulheres sofreu violência física ou verbal durante o parto, representando um crescimento em relação à edição anterior da pesquisa.  71% das mulheres que interromperam a gravidez não tiveram acompanhamento ou orientação médica. O SUS é amplamente utilizado pelas mulheres: 75% disseram fazer acompanhamento e metade delas se sente satisfeita com o serviço público de saúde. Metade das mulheres e homens são a favor de que as leis atuais sobre o aborto fiquem como estão.

**Violência contra as Mulheres**

Os dados sobre violência não tiveram nenhuma melhora ou redução. Metade das mulheres dizem já ter sofrido algum tipo de violência alguma vez na vida. A violência física, tipo mais mencionado espontaneamente (11%), alcança 22% quando estimulada, à frente apenas da violência patrimonial, mencionada por 14% das entrevistadas. As violências psicológica e moral são pouco reconhecidas como formas de violência (mencionadas por 2% e 1%, espontaneamente), mas são as mais vivenciadas (por 43% e 37%, respectivamente, quando estimuladas). As consequências que a violência sofrida trouxe para as mulheres dizem respeito, principalmente, à sua saúde mental ou emocional (69%).

A Lei Maria da Penha é amplamente conhecida entre as mulheres (91%), índice que aumentou desde 2010. Entre os homens, o conhecimento da Lei Maria da Penha aumentou de 85%, em 2010, para atuais 89%. Diante da situação de violência, a maioria das mulheres (58%) não pediu ajuda. A maioria (71%) também não denunciou oficialmente o caso de violência sofrida. E ainda, duas a cada dez mulheres que admitiram ter sofrido violência foram orientadas a não denunciar e essa orientação partiu, sobretudo, de pessoas da família. Em relação a violência sexual, 4 em cada 10 mulheres que relatam estupro, afirmam que o agressor era seu companheiro (42%).

**Proteção Social e Política de Cuidados**

Quase a totalidade dos domicílios tem uma mulher como principal responsável pelos afazeres domésticos. Comparativamente às edições anteriores, a responsabilidade das mulheres pelo trabalho doméstico manteve-se estável. Mas é importante destacar que os domicílios que têm uma mulher como principal provedora aumentaram nas últimas décadas.

A pesquisa também indica a continuidade de uma centralização dos cuidados nas mulheres: para 66% das entrevistadas, são elas próprias as principais responsáveis pelos cuidados com as crianças quando estas não estão na escola, e 23% deixam as crianças aos cuidados da mãe ou sogra. Quase metade das mulheres que têm crianças criam estas sozinhas, sem a participação da outra pessoa responsável.

Entre as mulheres que têm crianças que moram apenas com elas, 46% recebem pensão alimentícia ou contribuição financeira para o cuidado da criança, taxa que volta a regredir quando comparada à última edição. Em 2001 pouco mais de um terço (37%) delas recebia pensão alimentícia ou contribuição financeira. Em 2010, cerca de metade (50%) e em 2023 regride para o patamar de 46%.

**Trabalho Remunerado e Não Remunerado**

A pesquisa indica que o aprofundamento das desigualdades se dá especialmente no mercado de trabalho. Observamos o aprofundamento da informalidade entre as mulheres e maior formalização entre os homens. As mulheres também possuem renda significativamente menor que a dos homens. Analisando o total da amostra (quem trabalha e não trabalha), a renda média das mulheres é 40% inferior à dos homens. A proporção de mulheres com renda inferior a um salário mínimo, é o dobro da dos homens (44%, frente a 21% dos homens), além de 16% que não têm renda. E a parcela de mulheres que conseguem atingir uma renda superior a 3 salários mínimos (4%) é bem inferior quando comparada aos homens (18%).

Quanto mais aumenta a renda, maior a desigualdade. A renda de homens e mulheres economicamente ativos/as (PEA) apresenta diferença ainda mais acentuada. A renda média das mulheres corresponde a dois terços da renda dos homens. O segmento com renda inferior a um salário mínimo tem mais que o dobro de mulheres em relação aos homens. Apenas 2% das mulheres atingem renda acima de 5 salários mínimos, enquanto entre os homens chega a 8%.

**Cultura e Participação Política**

Para 1 em cada 4 mulheres brasileiras, o interesse por política diminuiu nos últimos anos. No geral, há uma redução no reconhecimento da importância da política na vida das pessoas. Entre as mulheres a importância da política recuou de 80% para 71% entre 2010 e 2023, enquanto a não importância atribuída à política cresceu de 17% para 24%, no mesmo período. Apenas cerca de um quarto das mulheres acham que a religião deve influenciar a política.

A maioria das mulheres e pouco mais da metade dos homens admitem que existe preconceito e discriminação contra as mulheres na política. A taxa de participação política entre as mulheres é baixa: apenas 8% participam ou já participaram de grupos, associações (associação de bairro com maior adesão), coletivos, organizações, cooperativas, conselhos ou algum outro movimento. 11% participam de comícios, passeatas,

atos ou manifestações públicas.

***E acesse aqui os resultados da pesquisa de 2010***

***Via Fundação Perseu Abramo***

Compartilhe nas redes: